

WEB E CIDADANIA
A democracia no século XXI

Drica Guzzi

2009

Apresentação

Internet, redes sociais e democracia

Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações.

(Hardt & Negri, 2005, p. 14).

Howard Reinghold, em 2002, define as mobilizações constituídas por pessoas capazes de agirem juntas sem mesmo se conhecerem, no livro *Smart Mobs, The Next Social Revolution*. Ele descreve experiências das chamadas mobilizações inteligentes com suas características possibilidades de colaboração em redes, até então inéditas, através de dispositivos com capacidade de telecomunicação, o que inclui telefonia celular e tecnologia móvel ou computação portátil sem fio (wireless).

Na época, a Internet não era reconhecida como o meio de comunicação privilegiado no cenário mundial como é hoje. As comunidades na rede digital eram apropriadamente chamadas ‘virtuais’, pois praticamente não tinham visibilidade fora do âmbito do ciberespaço. O que Reinghold nos explicava, então, era a noção de que a introdução da mobilidade tecnológica havia gerado possibilidades de operar mudanças significativas na maneira como as cidades e seus habitantes se organizavam e interagiam.

Esses poucos anos que se passaram após a publicação da primeira edição de *Smart Mobs*, e sobretudo com a inauguração da Web 2.0 - e suas características de múltiplas interatividades - acabam por definir claramente a capacidade que a Internet tem de agir em praticamente todos os setores da vida individual e da sociedade em geral.

Se nesse mundo de conexões com comunicação instantânea em redes digitais muitos conceitos tornam-se desatualizados ou se esgotam conforme novas práticas on-line vão se inaugurando, esse não é o caso das mobilizações coletivas de Reinghold. A discussão em torno delas permanecem atuais, porque engloba tanto as diferentes formas de utilização das tecnologias digitais quanto as de telecomunicação que a cada dia vão se aperfeiçoando e diminuindo os custos e, conseqüentemente, facilitam o acesso a todas as classes sociais e faixas etárias.

A foto na rua, o vídeo no celular, o envio de mensagens de texto por SMS, por e-mail e para blogs, entre outras possibilidades instantâneas, são utilizados, por exemplo, para marcar ou desmarcar encontros em cima da hora, avisar sobre acidentes, trânsito, congestionamento, manifestações públicas e outras ocorrências na cidade entre duas e até centenas de pessoas simultaneamente. Assistimos todos os dias nos meios de comunicação tradicionais como esses registros são realizados por amadores que alimentam as reportagens.

Assim, não é difícil entender porque se multiplica incessantemente o número de pessoas que compartilham as formas de comunicação móveis e instantâneas como um hábito diário, em qualquer lugar e a qualquer hora.

Vemos, então, como a noção de inteligência coletiva se irradia e ganha visibilidade como prática comunitária on-line e off-line.

Um dos exemplos que podemos citar de uma prática comunitária on-line que ganhou visibilidade também off-line, a partir de intensa produção nas redes sociais com pessoas anônimas e desconhecidas entre si é o encontro anual mundial Campus Party. Desde sua primeira edição realizada em 1997, em Valência, na Espanha, é

um evento que reúne presencialmente milhares de participantes que, durante sete dias, munidos de seus próprios computadores se encontram para compartilhar curiosidades, trocar experiências e, enfim, realizar atividades relacionadas com tecnologia, cultura digital e entretenimento em rede.

Segundo informações dos organizadores dos dois encontros sediados no Brasil (2008 e 2009), o Campus Party vem consolidando “a integração dos ativistas de inclusão digital na busca de novas tecnologias que sirvam ao envolvimento de projetos sociais”, na troca livre de conteúdos e no compartilhamento de experiências ao mundo digital. Com isso não só se ampliam os horizontes de atuação desses ativistas como introduz a temática social no debate de outras atividades que dinamizam o Campus Party.

Na mesma medida em que as redes sociais e de relacionamento de altíssima densidade – Orkut, Facebook , My Space entre outras – propiciaram a abertura para encontros e conversações por meio de suas comunidades e blogs pessoais, vimos que esse meio de comunicação teve uma importante função educativa para os jovens. Ainda que a grande maioria use as redes apenas para se expor e encontrar amigos, são muitos os que já sabem usá-las também para explorar interesses comuns e encontrar informações que vão além do que a escola ou a comunidade local que faz parte pode oferecer.

Em relação ao nosso foco em conceitos relacionados a programas de inclusão digital, sobretudo em função da experiência com os projetos de capacitação dos jovens para o uso das novas ferramentas, vimos também convergir nossos estudos para a função das redes nas novas mídias, em que quem produz conteúdo e publica faz parte dos que atualmente se denominam novos comunicadores sociais ou ‘publicistas’.

A forma colaborativa com associações de perguntas e respostas, a relação entre as comunidades, o modo de seguir links e rastros para explorar melhor aquilo que interessa fazem parte, enfim, das produções coletivas de conhecimento no espaço

comum. Esta forma colaborativa de participação, principalmente entre jovens nas redes, significa para nós um importante exercício educativo e participativo relacionado à cidadania, tal como tratamos nesse livro.

Não é de se espantar, portanto, que a prática cada vez mais disseminada de alimentação dessas redes ganhasse progressivamente tanto qualidade quanto visibilidade em termos de conteúdos compartilhados confiáveis, capazes de elevar uma multidão de pessoas ao *status* não só formadoras de opinião, mas de ‘formadoras de diretrizes’¹. Com esse *status*, a multidão conquista um papel ainda mais importante: o de causar impactos capazes de influir nos rumos de grandes questões políticas globais, a exemplo das eleições à presidência dos Estados Unidos, em 2008.

Essa produção coletiva é reconhecida tanto pelos meios de comunicação de massa tradicionais, quanto pelas agências de publicidade, como fonte de referência confiável, constituindo-se o que muitos chamam de nova mídia, mídias digitais ou mídias sociais.

O que são mídias sociais

Uma das definições de mídias sociais é que elas são tecnologias e práticas on-line usadas por pessoas – e inclui também empresas – para disseminar conteúdo, provocando o compartilhamento de opiniões, idéias, experiências e, o que seria o diferencial, perspectivas². Seus formatos integram tecnologia, telecomunicação e interação social, gerando produções que podem englobar textos, imagens, áudio e vídeo. Os sites usam tecnologias como blogs, mensageiros de textos, podcasts, wikis, videologs ou mashups (aplicações que combinam conteúdo de múltiplas fontes para criar uma nova aplicação), permitindo que os usuários possam atualizar as informações e interagir instantaneamente entre si.

¹ Termo utilizado em documento da MacArthur Foundation.

² FONTOURA, W. A hora e a vez das mídias sociais. Disponível em <http://www.boombust.com.br/a-hora-e-a-vez-das-midias-sociais>. Acesso em 03 mar 2009.

Essas mídias vão se estabelecendo como uma forma evolutiva e teriam surgido com a inauguração da Web 2.0, “fundada com base em fóruns, salas de bate-papo e comunicação P2P”. Nesse caso, pode-se dizer que as mídias sociais não são novidade. O que mudou foi a inspiração que as modernas plataformas sociais geraram no envolvimento massivo das pessoas na produção coletiva on-line.

As mídias sociais representam uma importante mudança conceitual em todo o sistema de comunicação em massa. Segundo um informe da Universal McCann, elas enfatizam a idéia de que a construção ‘coletiva’ pode ter um impacto social tão grande quanto qualquer plataforma de mídia tradicional. “Além de baratas, acessíveis e intuitivas, podem causar impacto e interferir de forma tão efetiva quanto qualquer plataforma de mídia tradicional³”.

Nesse sentido, as redes sociais tornam-se parte importante das mídias sociais e funcionam como uma autêntica pesquisa de mercado, bem segmentada e a um custo baixíssimo. A informação na rede com o novo jornalismo ‘é a dupla perfeita para o marketing nesses tempos de mídia digital, diz Hernani Dimantas, em seu livro Marketing Hacker⁴. Porém, informação é algo muito vago, pois para informar os sites “precisam conversar”. É nas conversas que as pessoas se comunicam, se entendem, se reconhecem pelo ‘som’ das vozes. A noção dos seguidores (followers), em que se baseia o grande sucesso do Twitter, por exemplo, não está em responder à pergunta “o que você está fazendo agora”, mas com ‘quem’ você está conversando, quem você está ‘rastreamdo’, por onde anda a realidade afinada com seus interesses. A reputação do ‘quem’ passa a ter muita importância, lembra Dimantas: “pois o ambiente registra com mais rigor nossas ações, idéias, pensamentos e capacidade inventiva”.

“Sim, nós podemos”

³ Segundo o informe “Wave 3 – Power to the People, Social Media Cracker” (Universal McCann)

⁴ DIMANTAS, H. Marketing Hacker. Garamond, São Paulo, 2003.

Nesses tempos de comunicação de alta densidade na Web, as discussões nas redes sociais vão adquirindo importância fundamental em fenômenos que atingem a vida de todos no planeta. Com isso, surge uma nova forma de se fazer política - ou de agir politicamente - motivando ações dentro e fora das redes, independentemente de crenças religiosas, características culturais, atividades profissionais, faixa etária, enfim, de pessoas com modos de vida os mais diversos.

O exemplo mais evidente, e que já faz parte da história recente, teve início com a alavancada da campanha eleitoral do até então pouco conhecido ex-senador do estado de Illinois, Barack Obama, e que, em pouco mais de um ano, passou a ser o candidato do Partido Democrata e saiu vitorioso nas eleições para a presidência dos Estados Unidos, de novembro de 2008.

Vale lembrar que antes disso – até o início de 2007 - praticamente todos os teóricos das tecnologias de informação e comunicação (TICs) consideravam em suas análises muito mais a complexidade que envolvia a quantidade de informações e intervenções nos processos práticos nas redes e a polêmica em torno de valores éticos em relação a essa interatividade. Nesse contexto, muitas vezes, as campanhas políticas pela Internet suscitavam muitas resistências.

No Brasil, por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao definir as condutas vetadas na campanha eleitoral de 2008, inclui um artigo em relação às campanhas pela Internet. Na época, o cientista social e pensador das redes sociais, Sérgio Amadeu da Silveira, afirma em seu blog: “A grande novidade é que o Tribunal legisla sobre como deve ser a campanha no ciberespaço, transnacional e desterritorializado” e, assim, “a Internet é vista como um veículo *broadcasting*, como se fosse um canal de rádio ou televisão”. No entanto, ainda que se admita que é muito difícil legislar sobre as características da comunicação em redes digitais interativas, este autor diz que “a resolução deveria garantir a liberdade de expressão, interatividade e uso legítimo de todo o potencial da Web 2.0”. Nesse sentido, a resolução não deveria ser “um impeditivo do uso da inteligência coletiva, das

práticas colaborativas, como recursos democráticos legítimos”.

De fato, o artigo 18, da Resolução 22.718, ao tratar das restrições à campanha eleitoral na Internet, define que: "A propaganda eleitoral na Internet somente será permitida na página do candidato destinada exclusivamente à campanha eleitoral". Nesse caso, segundo Amadeu, caberiam as perguntas: “o TSE estaria proibindo a campanha em *blogs, fotologs, youtube*, perfis no Twitter, no Orkut, no Facebook, no MySpace e em outros sites de relacionamento? Tudo aquilo que a Internet permite de incentivo ao relacionamento estaria vetado?” E será que Barack Obama chegaria onde chegou se tivesse de seguir uma resolução semelhante à brasileira, já que sua campanha foi quase totalmente feita a partir do Facebook?

A força das redes digitais na vitória de Obama

No tipo de eleição indireta, como a dos EUA, e de acordo com os moldes tradicionais de campanha, teria mais chances de vencer quem obtivesse mais votos nos estados de maior peso eleitoral, ou seja, com maior número de delegados no Colégio Eleitoral. A equipe de John McCain, embora tenha também utilizado a Internet, concentrou esforços nesses estados, portanto, nessa linha convencional de campanha.

Obama, por sua vez, buscou angariar eleitores levando adiante uma arquitetura de campanha muito bem direcionada para a rede virtual. Ele criou sua própria rede social. Se em eleições anteriores, os candidatos criavam sites apenas para divulgar eventos e levantar fundos, a característica de sua campanha foi a de criar uma comunidade ativa. A arrecadação de fundos para a campanha, via Web, veio em decorrência desse processo e mostrou um dos resultados mais evidentes do sucesso dessa empreitada. Segundo dados disponíveis no MyBarackObama.com, a rede social de Obama, desde o lançamento de sua pré-candidatura até o dia 19 de novembro de 2008, a Web foi responsável por mais de 50% dos 750 milhões de dólares arrecadados na campanha do candidato, sendo em grande parte pequenas

doações individuais de mais de três milhões de usuários inscritos. Por outro lado, seu oponente republicano John McCain arrecadou o total 360 milhões de dólares, incluindo a verba do sistema de financiamento público das campanhas americanas, da qual Obama abriu mão⁵.

Assim, devido às características próprias de altíssima capacidade de mobilização rápida e descentralizada, a rede digital propiciou uma campanha mais barata, mais sofisticada e mais eficiente do que a campanha tradicional do adversário republicano John McCain. Se ambos os candidatos usaram a Internet para se aproximar e ganhar eleitores, a equipe de Obama usou o potencial da rede de uma maneira nunca antes vista. “Durante a campanha, a Web mudou a política - e talvez o governo - para sempre”, diz André Kadow.⁶

Obama, além de funcionários pagos, foi conquistando um número cada vez mais crescente de voluntários entusiasmados que, no decorrer da campanha, criaram e divulgaram material com diferentes métodos de comunicação, incluindo vários vídeos caseiros lançados no YouTube e que se tornaram *hits* mundiais. E isto, analisa Kadow, graças a que Andrew Rasiej, fundador do TechPresident.com, chama de ‘a cultura de acreditar na Internet’. Ou seja: “Eles deixaram a mídia tradicional de cabelos em pé produzindo conteúdo que sabiam que seria distribuído no momento em que fosse para a Web”.

Esse tipo de ação que foi se expandindo por contágio, acabou fazendo com que os caríssimos comerciais de TV e mala direta fossem perdendo pontos para os e-mails curtos e concisos e os *links* divulgados pelas redes. No final da campanha, uma vez que o voto não é obrigatório naquele país, houve uma proliferação de e-mails e SMSs com os quais, principalmente os mais jovens, convidavam as pessoas a irem votar com amigos, a participarem de campanhas de chamadas por telefone ou de eventos próximos às suas casas.

⁵ Disponível em <http://MyBarackObama.com>. Acesso em 20 fev. 2008.

⁶ Disponível em <<http://www.tecnologiasa.com.br/2008/11/06/como-obama-venceu-com-a-internet/>>. Acesso em 06 nov 2008.

Por tudo isso, o bom aproveitamento dos meios digitais pela equipe de Obama ajudou a reduzir os custos de sua campanha. Ainda que milhões de dólares tenham sido gastos nos sites oficiais e na rede social MyBarackObama.com, conforme analisa Kadow, grande parte dos esforços on-line foram de custos muito baixos, alguns até gratuitos. Diz ele que, usando plataformas abertas como o Facebook, MySpace e o YouTube, houve uma comunicação com os mais jovens de uma maneira nunca antes efetuada na política, com custos extremamente baixos e resultados muito melhores do que os das mídias tradicionais: “Com as campanhas on-line, você pode ver no mesmo instante aonde estão os melhores resultados, reinvestir ali e melhorar o que não está funcionando. Tudo baseado em dados reais e em tempo real”.

Compromissos do governo on-line

Enquanto o presidente Barack Obama tomava posse do cargo, o portal da Casa Branca já apresentava mudanças importantes em termos de interatividade. Um dos fatores marcantes e capazes de demonstrar o compromisso do novo governo em manter ativa a participação pública na rede social criada em torno de sua campanha consiste na inserção de um blog pessoal de Obama, no site oficial da Casa Branca: <www.whitehouse.gov>

Esse mecanismo permite que o presidente possa continuar mantendo um canal direto dos cidadãos com o governo, utilizando ferramentas gratuitas como o Facebook, MySpace e YouTube para ouvir, informar e prestar contas de seu governo. Como havia divulgado em campanha, a Internet é usada para a transmissão do discurso semanal que realiza aos sábados, via YouTube. Com isso, o governo se compromete a fazer “a administração mais aberta e transparente da história”, diz uma postagem do diretor de Novas Mídias do governo, Macon Philips. Segundo a nota, além de dar voz a ‘cidadãos comuns’, a atitude pretende minimizar a ação de lobistas e de influências puramente políticas⁷

⁷ Link. Jornal O Estado de S.Paulo, 29/01/2009, p. L1.

Tais inovações têm sido consideradas por analistas políticos importantes indicativos de que o presidente norte-americano possa realizar um mandato de governo realmente participativo com a população. A expectativa é grande, mas também cautelosa. Pois esse tipo de análise e interpretação é inerente a qualquer novo processo que se instaure tendo em conta o desenvolvimento de canais preocupados em desenvolver, preservar e disseminar valores relativos ao uso da informação como interface da comunicação humana.

Mobilizações espontâneas ou marketing político?

A biologia molecular explica como algumas sementes podem permanecer no solo durante anos sem germinar e de repente se mostrarem ativas transformando-se em vegetação exuberante. A mesma coisa ocorre com os vírus em relação à vida humana. Ainda que muitas das espécies não visíveis a olho nu convivam com os seres humanos sem serem prejudiciais, fatores ambientais e contextuais que favoreçam sua concentração podem causar um desequilíbrio de forças fazendo surgir epidemias.

Analogamente, esta é também a explicação dos estudiosos de comunicação em relação ao novo ‘território’ que propiciou a expansão das redes digitais até se transformarem nas maiores fontes de referências como formadores de opinião nessa primeira década do século XXI.

Não é a toa que os pesquisadores interessados em ‘aprendizagem informal’ voltam suas atenções para o modo como cada um estuda determinado assunto a partir de suas habilidades. Nesse sentido, as tecnologias de informação e comunicação e aprendizagem relacionam-se mais com o desenvolvimento da arte de selecionar as tarefas consideradas importantes pelos usuários e não mais com as impostas pelo ensino tradicional. Os percursos, conhecimentos e competências adquiridos por uma pessoa são todos singulares.

Se hoje é possível dizer que há uma nova forma de produção de conhecimento, de informação e comunicação é sem dúvida a que se realiza nas redes com os colaboradores que alimentam e agregam conteúdos, através das ferramentas dos sites, blogs e redes sociais, podendo desenvolvê-los e atualizá-los constantemente .

Introdução

O poder da multidão em criar relações sociais em comum coloca-se entre a soberania e a anarquia, com isto apresentando uma nova possibilidade de fazer política.

(Hardt e Negri)

A origem das indagações que tornaram possível este livro surgiu em torno de 2000, quando comecei a participar de um projeto de inteligência coletiva, orientado por Pierre Lévy⁸. Também foi nessa ocasião, que a necessidade de respostas a essas indagações foi se intensificando, na medida em que comecei a trabalhar na Escola do Futuro da USP, mais precisamente no Programa de Inclusão Digital do Governo do Estado de São Paulo, o ACESSA SP.

Naquele momento, minha atenção estava bastante voltada para o entendimento da população que o programa que estava sendo implantado iria atender, para o desenho e a implementação de processos e intervenções para o uso mais qualificado das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e para o fomento da participação comunitária.

Fui então ao encontro do programa de pós-graduação de Semiótica e Comunicação da PUCSP, buscando a orientação do professor Rogério da Costa, com o intuito de desenvolver a pesquisa de mestrado, por meio da investigação do modo como as práticas sociais da sociedade em rede estão diagramadas, a exemplo das comunidades virtuais conjuntamente ao desenvolvimento do contexto de governança eletrônica e a necessidade, cada vez mais emergente, de iniciativas e acontecimentos participativos no encaminhamento de soluções de problemas que se apresentam no espaço compartilhado.

⁸O projeto era coordenado por Paolo Carpiagnano – M.A. – New School University-NY. O trabalho se desenvolveu em torno de cinco eixos: Network Politics, Cybermedias, Institutional Politics, Global Politics and Identity Politics e foi formado por cinco grupos internacionais oriundos de São Paulo, Nova York, Budapeste, Roma e Quebec. Pierre Lévy orientou todos os grupos e a dinâmica do coletivo The Collective Intelligence in the Cyberspace, com reuniões on-line.

Nessas condições, ao desenvolvermos a pesquisa, priorizamos, no Capítulo 1, Possibilidades Democráticas Virtuais, uma síntese de nossa investigação teórica acerca de práticas sociais coletivas que só se tornaram possíveis nas últimas duas décadas com o surgimento da chamada sociedade da informação. Partindo-se do pressuposto de que as novas tecnologias de informação e comunicação promovem uma nova perspectiva de relações sociais interligadas em redes de cooperação, tentamos responder a pergunta: por que, devido às novas tecnologias de informação e comunicação, as sociedades passam por transformações capazes de tornarem as pessoas mais permeáveis à participação coletiva na esfera pública?

No Capítulo 2, Participação Pública e Inclusão Digital na e-democracia, partimos do pressuposto de que os requisitos ‘como processar’ e ‘como conduzir’ um processo de participação pública do início ao fim são os principais desafios que se apresentam hoje para aqueles que querem analisar as intervenções nos processos democráticos na era digital. Assim, buscamos demonstrar, com o suporte de obras de vários autores, bem como de relatórios e exemplos bem recentes de organizações internacionais, como o das Nações Unidas e da OECD, de 2005, até que níveis a participação pública eletrônica – ou e-participação – podem ser medidos.

Para desenvolver o Capítulo 3, selecionamos fazer uma avaliação do projeto Fala SP, com suas enquetes semanais, nas quais a população ‘falava’ para o governo seus problemas e preferências.

Buscamos, com esse estudo, fazer as conexões de pontos que podem fazer avançar a discussão do tema inclusão digital na confluência com a participação pública, por meio de modos de comunicação e envolvimento com a comunidade; fazer uma avaliação dos caminhos percorridos e dos resultados obtidos em relação aos níveis de participação em projetos públicos e tomadas de decisão num contexto mundial.

O livro, do modo como o realizamos, permite que seja de interesse não só para aqueles que já se dedicam aos estudos ou ao gerenciamento de projetos relacionadas à inclusão digital em geral, como também para os que desejarem aprofundar investigações,

análises ou estudos de participação pública e os processos de engajamento on-line no cenário atual do Brasil em relação ao mundo todo, como é o nosso caso.

Contexto histórico: democracia e novas tecnologias de informação

Estamos vivendo o processo da mundialização, de implantação de uma nova forma de comunicação baseada em uma rede digital de dados extremamente complexa e descentralizada: a Internet. O conjunto das atividades que ocorrem na rede, ou em decorrência dela, apontam para formas cada vez mais importantes em relação à atividade econômica, interações sociais, educacionais, culturais e políticas, enfim a era da sociedade em rede, também chamada sociedade do conhecimento ou sociedade da informação.

As sucessivas invenções nas técnicas de comunicação e linguagem sempre mantiveram estreitas ligações com as formas de organização econômica e política. O nascimento da escrita está ligado aos primeiros Estados burocráticos de hierarquia piramidal e às primeiras formas de administração econômica centralizadas (impostos, gestão de terras agrícolas etc).

O surgimento do alfabeto na Grécia antiga é contemporâneo ao aparecimento da moeda; nasce a democracia com a invenção do alfabeto, quando a leitura torna-se acessível à maioria dos habitantes da *polis*. Redigida em caracteres alfabéticos a partir do séc VI a.C., a lei das cidades gregas torna-se legível por todos, de onde o surgimento do conceito e da prática de cidadania (embora possamos sempre objetar que a cidade grega excluía as mulheres, os metecos e os escravos). Nesse contexto, também, ocorriam as conversações que ligavam os membros da comunidade política nos concretíssimos dispositivos que eram as cidades na Antiguidade. O gora, isto é, o mercado, o porto, os cruzamentos, o teatro, os lugares de reunião pública em que oradores mais ou menos entendidos na nascente ciência da retórica dirigiam aos seus concidadãos, foram outros tantos dispositivos de comunicação que contribuíam para a construção da comunidade cívica e do exercício da palavra pública.

Mais adiante, com a prensa houve a possibilidade da difusão mais ampla de idéias e notícias, através de livros e de jornais impressos que foram constituindo a base da opinião pública, origem das democracias modernas. E, assim, sucessivamente, a fotografia, o

cinema, o telefone, a rádio e a televisão, o todo acompanhado pelo desenvolvimento da instrução pública e da facilidade de transportes deste dois últimos séculos, corroboraram, em tese, para que o mundo inteiro se tornasse mais visível, mais audível, mais acessível e mais transparente.

Se, como vemos, o desenvolvimento das tecnologias têm o poder de provocar profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, nesses tempos de globalização, cuja maior inovação é caracterizada por espaço e tempo compartilhados simultaneamente em redes de alta densidade de indivíduos, certamente os desafios nas respostas ao gerenciamento do espaço público não são poucos.

Hoje todos os grandes jornais, e também emissoras de rádio e a televisão, noticiam na rede. **Está cada vez mais consistente a chamada mídia digital, gerada** por alguns meios de comunicação só passam informações pela rede, sem usar o canal impresso.

No contexto geral, os meios de comunicação interativos, as comunidades virtuais sem território e a imensa possibilidade de expressão permitida pela Internet abrem um novo espaço para a comunicação transparente, tanto no nível local quanto global, levando, potencialmente, a profundas renovações das condições da vida pública no sentido de maior liberdade e responsabilidade de um indivíduo enquanto cidadão.

O ciberespaço se torna cada vez mais um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados mais próximo das comunidades envolvidas.

Considerando os vários mecanismos democráticos que podem ser implementados através da Internet, o analista político Fishkin (2002), destaca duas perguntas básicas: *que* formas de opinião pública estão sendo expressas e avaliadas e de *quem* é a opinião? Em suas análises, destaca que a formulação dos processos democráticos atuais vem enfrentando uma escolha constante e repetitiva entre dois tipos de instituições. Por um lado as que expressam o que a opinião pública de fato *pensa* na hora de votar, considerando que essa opinião pública possa estar sujeita a condições desfavoráveis de reflexão sobre as questões. Por outro lado, existem instituições que expressam uma opinião pública mais ponderada,

aquilo que uma opinião pública *pensaria* sobre uma questão se estivesse mais bem informada. A dificuldade é escolher entre, por um lado, uma opinião pública debilitada, mas real, e por outro, uma opinião ponderada, mas projetada. A saída, talvez, para Fishkin, seria a criação de uma opinião pública mais engajada e atenta e que ao mesmo tempo fosse compartilhada pelo público como um todo.

Neste contexto, a Internet mostra-se um importante ‘lugar’, uma arena conversacional, no qual o espaço se desdobra e novas discussões políticas podem seguir o seu curso. Além disso, a Internet pode reduzir em muito os custos da participação política e proporcionar um meio através do qual o público e os políticos possam interagir, trocar informações e conversar, de maneira direta e instantânea, eliminando os obstáculos burocráticos.

Não é à toa que o mundo gere tantas expectativas em relação a esse meio privilegiado de discussão, se considerarmos todo o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação como instrumentos de fortalecimento dos processos democráticos. Contudo, se associarmos necessariamente tais recursos propiciados pela Internet à revitalização das práticas e instituições democráticas podemos ser levados a grandes equívocos. Entre outros motivos, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes e instituições propícias para a participação, mas também devem estar presentes o desejo, a motivação, o interesse e a disponibilidade dos governos e dos cidadãos para se engajarem no debate. A participação política na rede depende mais de motivação do que de liberdade.

Nesse sentido, é preciso entender um pouco mais a fundo uma lógica coletiva dos comportamentos de grupos para também poder interagir de forma a potencializar a ação desses grupos. Essa discussão não deixa de envolver aspectos que hoje mobilizam os teóricos do ciberespaço como, por exemplo, o problema da captação da atenção dos usuários em rede, a técnica de sugestões dos chamados agentes inteligentes ou das comunidades virtuais, o problema da decisão e da escolha e os riscos que isso muitas vezes implica. São negociações de preferências individuais e sua posição no coletivo.

O desenvolvimento de uma e-democracia no ciberespaço nos fornece a ocasião para experimentarmos novos modos de organização e de regulação no espaço público exaltando a singularidade e a multiplicidade.

Em que condições se pode justificar dizermos ‘nós’? E o que esse ‘nós’ pode enunciar legitimamente enquanto coletivo, sem usurpação ou redução do singular no espaço comum? O que se perde quando dizemos ‘nós’?

Nascem os programas de inclusão digital no mundo

Não obstante o potencial da Internet para a expansão de fóruns de conversações, vemos emergir inevitavelmente o problema do acesso às tecnologias da comunicação. Wilhelm (2000) busca evidenciar, naquilo que chama de modo centro-periferia de acesso e uso tecnológico, que as barreiras digitais tendem a reforçar os eixos da exclusão socioeconômicos e culturais quando as instituições políticas decidem utilizar as novas tecnologias para implementar as políticas públicas. As instâncias de aparato estatal-administrativo, nas iniciativas que visam democratizar os processos de tomada de decisão (voto eletrônico, atividades de lobby e campanha via e-mails) ou prestar serviços públicos baseados na escolha dos cidadãos, através da Internet, acabam paradoxalmente, reforçando assimetrias socioculturais e ampliando as exclusões, num mecanismo retroalimentador.

Nesse contexto, ou seja, no final da década de 1990, surgem os primeiros programas de inclusão digital nos Estados Unidos e no Canadá. Esses programas vão se irradiando para o restante do mundo, a partir de várias definições, que sintetizamos como uma denominação dada, genericamente, aos esforços de fazer com que as populações das sociedades contemporâneas, cujas estruturas e funcionamento estão sendo significativamente alteradas, possam obter condições necessárias para o acesso facilitado ao mundo digital, tanto no âmbito técnico/físico quanto em relação a conteúdos, geração de conhecimento, participação em comunidades virtuais e em rede.

Capítulo 1

Possibilidades Democráticas Virtuais

Este capítulo apresenta um resumo de nossa investigação teórica sobre práticas sociais coletivas que só se tornaram possíveis nas últimas duas décadas com a emergência da chamada sociedade da informação. Partindo-se do pressuposto de que as novas tecnologias de informação e comunicação promovem uma nova perspectiva de relações sociais interligadas em redes de cooperação, vamos tentar responder à pergunta: por que, devido às novas tecnologias de informação e comunicação, as sociedades passam por transformações capazes de tornarem as pessoas mais permeáveis à participação coletiva na esfera pública?

Para caminhar nessa direção, consideramos importante esclarecer primeiramente algumas referências que nortearam a realização deste capítulo inicial.

De início, tomamos como base uma análise contextual realizada pelo cientista social Manuel Castells (1999), na qual discorre sobre o surgimento da era da informação e da revolução tecnológica na comunicação. Nesse sentido, a sociedade em rede, devido a sua penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana, é o ponto de partida de uma metodologia deste autor que, como ele afirma, pretende analisar a complexidade de uma nova economia, sociedade e cultura em formação, principalmente desde a última década do século XX.

Conjuntamente foram consultados vários autores contemporâneos que nos propiciaram investigar noções da formação da sociedade contemporânea antes e depois da Internet, de modo a que pudéssemos investigar como surgem grupos e comunidades no espaço virtual. Consideramos bastante oportuno realizar também uma busca em revistas científicas especializadas, revistas eletrônicas e sites, a fim de acompanhar o debate de uma literatura bem atualizada. Durante essa pesquisa, selecionamos vários textos que nos permitiram diagramar esse estudo da área de semiótica e comunicação, com intersecções de

algumas das condições de emergência e/ou disseminação de novas práticas de produção coletiva nesse novo espaço que se baseia numa geografia bem diversa dos territórios fixos.

É importante salientar que as seleções teóricas e explicações deste capítulo estarão sempre nos redirecionando para o tema central que consiste na participação pública relacionada com a experiência do Fala SP, do programa de inclusão digital ACESSA SP, conforme serão abordados nos capítulos seguintes.

Transformações na Sociedade em Rede – Aspectos Teóricos

Conforme Castells afirma, a revolução concentrada nas tecnologias da informação foi remodelando a base material da sociedade: “a economia das nações passou a manter rapidamente interdependência global, desenhando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade”.

Fundamentalmente, a flexibilidade no gerenciamento de produção dos sistemas aumentou devido à descentralização e à organização de produção e, ao mesmo tempo, houve individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho, dentre outros fatores enumerados em seu livro. O processo de trabalho, uma das transformações mais positivas consideradas pelo autor e que está relacionado com a transformação do mercado de trabalho ativo e das relações produtivas na rede, situa-se no cerne da estrutura social contemporânea. Tratando-se do impacto específico das tecnologias nesse campo, sua visão é a de que o tipo de rede de visualização mais fácil para representar o espaço de fluxos é a “rede constituída pelos sistemas de processos decisórios da economia global”. E, nesse caso, explicita, desenha-se a ‘cidade global’ enquanto um processo em vez de um lugar definido.

Ao acolhermos o conceito de Castells de que o espaço é a expressão da sociedade, constatamos que, com base nessa afirmação, as sociedades, ao verem inauguradas novas formas e processos espaciais só possíveis graças às revolucionárias tecnologias de informação e comunicação, se transformaram estruturalmente.

Mas, segundo o autor, entender a lógica de tais transformações não é uma tarefa fácil porque o conhecimento, aparentemente simples, de uma relação significativa entre

sociedade e espaço esconde uma complexidade fundamental. O espaço não é reflexo da sociedade e nem uma fotocópia da sociedade, mas *é* a sociedade, com processos espaciais que são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Desse modo, “há a inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais que representam interesses e valores opostos”. Além disso, os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores: “na verdade, espaço *é tempo cristalizado*”.⁹

Para este sociólogo, se, do ponto de vista da física, o espaço não pode ser definido fora da dinâmica da matéria, em teoria social, espaço não pode ser definido sem referência às práticas sociais, as quais envolvem produtos que, por sua vez, envolvem relações sociais e históricas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social. Castells prossegue sua análise afirmando que, do ponto de vista da teoria social, o espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado. Por práticas sociais de tempo compartilhado, o autor faz referência ao fato de o espaço reunir essas práticas que são simultâneas no tempo. Para ele, é essencial a separação do conceito básico de suporte material de práticas simultâneas da noção tradicional de contiguidade. Só assim é possível a existência de suportes materiais de simultaneidade que não dependam de contiguidade física, visto que é este o caso das práticas sociais predominantes na era da informação. Assim, com o advento do novo espaço como meio de comunicação privilegiado, o ciberespaço, como é mais conhecido pelos internautas desde os anos 90 do século XX, a rede informatizada surge sob a forma de associações complexas de informações, que é considerada por muitos agentes como uma espécie de agenda social comum, onde um grande número de dados informatizados pode ser disponibilizado e, com isso, democratizado. Esse espaço novo, não concreto, mas igualmente real e virtual, podemos dizer que reconfigura os modos de relação entre as pessoas em comunidade e, com isso, a própria estrutura de poder centralizado. A facilidade e a velocidade do uso e da troca de informações pela Internet passa a ter um papel central na nova sociedade, tanto em termos de circulação de capital quanto de formação de novos diagramas sociais e culturais, novas subjetividades e, com isso, novas concepções de comunidades que passam a ser, ao mesmo tempo, reais e virtuais.

⁹ CASTELLS, 1999, p 435.

A comunidade antes e depois da Internet

No ambiente do ciberespaço, cuja característica mais visível é a comunicação em redes de alta densidade, os indivíduos podem se conectar com outros e também *viver* em comunidade. Pode não ser a mesma comunidade de outrora, concreta, caracterizada num primeiro momento pela relação de parentesco e depois pela noção de aproximação ou vizinhança, mas é igualmente real. Nesse sentido, também, muitos teóricos do fenômeno da globalização estudam hoje o fenômeno da transmutação do sentido do termo comunidade para redes sociais, ou seja, pode-se dizer que se dedicam a investigar as noções de comunidade antes e depois da Internet, em relação a sua participação na esfera pública.

Entretanto, antes de enveredar por esse caminho e trabalhar algumas dessas noções, gostaríamos de fazer um breve parêntese para lembrar que este é também o caso da Escola do Futuro da USP, da qual esta investigadora faz parte, por considerá-las parte essencial dos trabalhos desenvolvidos desde o início do programa de inclusão digital Acessa SP, do Governo do Estado de São Paulo, motivo pelo qual houve a possibilidade de desenvolvimento de nossas pesquisas e avaliações. Do mesmo modo, é preciso esclarecer ainda que, muito contribuiu para a elaboração de nossas questões os estudos realizados junto com meu orientador da pesquisa de mestrado, Rogério da Costa, cuja dissertação na área de Semiótica e Comunicação, apresentei em 2006.

Em um de seus artigos¹⁰, Costa comenta uma análise de Zygmunt Bauman relativa aos fenômenos da globalização e à busca por segurança no mundo atual: a comunidade implica uma “obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles”. Assim, indivíduos egoístas, que percebem o mundo pela ótica do mérito (ou cosmopolitas), não teriam “nada a ganhar com a bem tecida rede de obrigações comunitárias e muito a perder se forem capturados por ela”.¹¹ (BAUMAN, 2003, p. 59 apud COSTA, 2005).

Para Bauman, comunidade e liberdade seriam conceitos que estariam em conflito, pois o sentido de comunidade é tecido de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis. Os compromissos que tornariam ética uma

¹⁰ Costa, 2005, disponível em acesso em

¹¹ Bauman, 2003, p 59 apud COSTA, 2005.

comunidade seriam do tipo do ‘compartilhamento fraterno’, reafirmando o direito de todos a “um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual”.

Por outro lado, os pensadores Barry Wellman & Stephen Berkowitz, tendo como ponto de partida o fato de nos encontrarmos associados em rede, realizam uma análise mais complexa, dando um sentido diverso ao conceito de comunidade. Embora as pessoas em geral saibam que têm laços comunitários abundantes e úteis, elas acreditam que muitas outras não os tenham. Como evidência os autores citam que frequentemente são invocadas imagens de massas de indivíduos “se empurrando e se acotovelando em ruas abarrotadas, pessoas solitárias sentadas diante da televisão, hordas caminhando nas ruas em manifestações ou fileiras de empregados diante de suas máquinas ou computadores”. (WELLMAN; BERKOWITZ, 1988, p. 123).

Nesses termos, as relações de comunidade na rede são pensadas mais como comunidades pessoais. A esse respeito, Rogério da Costa diz que apesar de cada um possuir uma visão clara da rede de relacionamentos à qual pertence, não é possível perceber facilmente a rede à qual os outros pertencem: “Isso inclui não apenas aqueles que não conhecemos, mas também os que fazem parte de nossas relações”. Pessoas que conhecemos e com quem temos laços fracos, como afirma Granovetter (1974), possuem muito provavelmente laços fortes outra rede que desconhecemos. (COSTA, 2005, p. 4).

Se vários sociólogos urbanos ainda dizem que o tamanho, a densidade e heterogeneidade das cidades contemporâneas têm alimentado laços superficiais, transitórios, especializados e desconectados nas vizinhanças e ruas, Wellman e Berkowitz (1988) afirmam que várias análises sofrem de uma ‘síndrome pastoral’, quando comparam nostalgicamente as comunidades contemporâneas com as dos supostos ‘velhos bons tempos’.

Desse ponto de vista sociológico, práticas sociais de cooperação na rede, discussões de conteúdos especializados ou debates políticos públicos, não poderiam subsistir e ser desenvolvidos. Em nossa experiência nos postos Acessa SP das comunidades, como vamos exemplificar mais adiante no Capítulo 3, constatamos que os laços inter-pessoais nas

relações conectadas crescem, não apenas em termos numéricos, e têm o poder de se desenvolverem em forma de efetiva participação extensa e integrada com sua própria comunidade de origem.

As novas técnicas de coleta de dados e informações, a facilidade de comunicação e os mecanismos de seleção da opinião pública, baseada em regiões, temas afins e tantas outras dimensões podem fazer diminuir consideravelmente a distância entre localidades que muitas vezes não possuem comunidade de suporte, redes sociais ou laços de parentesco consistentes com a novas comunidades emergentes de cooperação.

Além disso, como nos indica Costa, analisando as sociedades de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, constata-se que muitas localidades não possuem comunidades de suporte, redes sociais ou laços de parentesco consistentes. Para Wellman e Berkowitz, esses estudos mostram que “as relações dentro dessas sociedades pré-industriais são em geral hierárquicas, com laços de exploração especializados, com uma profunda divisão separando facções”. Por sua vez, os historiadores têm sistematicamente usado fontes demográficas e de arquivo para demonstrar que muitas comunidades pré-revolução industrial eram menos solidárias do que se pensava. (COSTA, 2005, p.125).

Com essas considerações, buscamos indicar principalmente aquilo que muitos teóricos das redes sociais vêm apontando: a emergência de uma mudança no *modo* de se compreender o conceito de comunidade no período pós-industrial das últimas décadas, devido à complexidade das novas relações interpessoais, dentre elas as relações na comunidade virtual, cuja realidade tornou-se possível graças à Internet. .

Comunidade virtual e esfera pública

A comunidade virtual, termo foi cunhado por Howard Rheingold em 1993, no livro *The Community Virtual*¹², comporta um deslocamento do centro da comunidade como a conhecíamos, exatamente por causa do despreendimento do aqui e agora. Segundo o autor, as palavras-chave para comunidade virtual são: interativo, convergência, ciberespaço e futuro digital. Desse modo, ele afirma que é possível aplicar a mesma estratégia de

¹² Este livro foi traduzido em língua portuguesa em 1996, sob o título de *A Comunidade Virtual*. Nossas referências seguem esta edição.

fornecimento e utilização de informação através da rede a um domínio infinito de campos, desde a crítica literária até a avaliação de softwares.

Seria uma forma extraordinária de um grupo suficientemente grande e diversificado de indivíduos multiplicar inclusive o grau individual de conhecimento. Isso poderia ser conseguido, mesmo que não estejam envolvidos em outras comunidades que não sejam a do local de trabalho ou de uma especialidade, mas afirma que “a coisa resulta melhor quando o modelo conceitual das próprias atividades da comunidade inclui uma quantidade saudável de espírito construtivo, a par do espírito prático”. (RHEINGOLD, 1996, p 52.)

As comunidades virtuais transformariam a Internet em um meio de comunicação de todos os meios de comunicação, cujas mensagens seriam novas formas de vida comunitária geradas pelos valores comuns construídos através da troca de conhecimentos, o que faria da Internet uma mídia viva. Desde 1993, quando Rheingold apresentou seu conceito de comunidades virtuais para caracterizar as comunidades em rede construídas através do ciberespaço, um grande debate teve início em torno do tipo de realidade que estas comunidades teriam na sociedade contemporânea e no tipo de contribuição que elas trariam para o desenvolvimento da democracia.

De acordo com essa nova orientação, que implica a mudança do conceito tradicional de virtual tanto no nível do conhecimento, da linguagem e da comunicação quanto no nível da presença física concreta, o deslocamento do tipo de pensamento e comportamento linear e universal, até então predominante no ocidente, é bem mais intenso, passando a se organizar sob a forma de associações mais complexas, considerando-se a multiplicidade de relações possíveis de serem criadas no ciberespaço ou reconfiguradas em espaços conhecidos. Nessa linha de raciocínio, a pesquisadora de redes sociais Raquel Recuero, afirma que alguns teóricos inicialmente apontaram alguns problemas em relação à aplicação do conceito de comunidade ao ciberespaço. Um deles se constitui pela “ausência de uma base territorial, até então um dos sustentáculos da idéia de comunidade desenvolvida pela sociologia clássica”. Com base nisso, comunidade virtual foi definida como uma comunidade sem um *locus* específico, com uma “ausência de territorialidade”, como foi o caso de alguns autores como Fernback e Thompson. Recuero diz que “a própria

Fernback reconhece em trabalho posterior (1999:36) a importância do espaço, citando Jones (1995), dizendo que o conceito de comunidade virtual deve englobar tanto o social quanto o espacial”. Rheingold e outros, porém, utilizam o ciberespaço como o espaço onde as relações que formam a comunidade desenrolam-se, mas num espaço comunicativo. Mas, afinal, pergunta Recuero, não existiria “um *locus*, ou um território simbólico, ao qual a comunidade virtual esteja associada?” (RECUERO, 2000, p. 45).

Vamos tentar responder essa pergunta, guiando-nos por um percurso apresentado em uma das noções de desterritorialização dos pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari¹³. Ainda que tais noções contidas nas obras desses autores sejam anteriores ao advento da Internet, consideramos que sejam bastante úteis e atuais para acompanhar as respostas dadas, ao mesmo tempo, para as questões: *quem* pode ser considerado um participante de uma comunidade virtual e em que *lugar ou* espaço ele se encontra no mundo, em relação ao espaço público, como veremos mais adiante.

Guattari afirma que o ser humano contemporâneo é ‘fundamentalmente desterritorializado’, ou seja, que seus territórios etológicos originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação – não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais: “a subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado”. (GUATTARI, 2000, p. 169).

Com isso, Guattari quer dizer que, em espaços padronizados, tudo pode ser equivalente. Segundo ele, um bom exemplo é o dos turistas que fazem viagens praticamente imóveis, viajando no mesmo tipo de avião, dormindo em quartos de hotel semelhantes e “vendo desfilar diante de seus olhos paisagens que já encontraram cem vezes em suas telas de televisão, ou em prospectos turísticos”. E assim, “a subjetividade se encontra ameaçada de paralisia”. (GUATTARI, 2000, p. 169).

O que podemos observar em termos de territorialidade de um indivíduo e conseqüentemente sua desterritorialização é que o espaço e o corpo, quando considerados por categorias – turista ou morador e membro de uma comunidade – ou por disciplinas –

¹³ O conceito de desterritorialização foi apresentado pela primeira vez, na obra *Anti-Édipo*. Gilles Deleuze e Félix Guattari retornaram a esse conceito, sob outras formas de explicação, em obras posteriores escritas em co-autoria ou individualmente.

arquitetura ou medicina, por exemplo – são apresentados a partir de categorias distintas, autônomas, como o próprio Guattari afirma, e ao mesmo tempo pré-codificadas.

Desse ponto de vista, é de um modo bem diferente que as práticas sociais coletivas podem ser realizadas através da relação de um indivíduo com um computador interligado à rede, tendo diante de si mais possibilidade e capacidade de criar relações de proximidade e de se comunicar com o mundo. Um indivíduo pode estar em mais de um lugar simultaneamente; pode ser um turista sem estar longe de sua pátria e vice-versa; pode ser um usuário da rede e ao mesmo tempo artista e tecnólogo.

O exemplo de Guattari do turista longe de sua pátria, mas estando no mesmo lugar, ou seja, sedentarizado, diz respeito a uma outra questão que introduzimos nesse momento que é a da construção da subjetividade. Até que ponto a tecnologia com sua redistribuição de espaço, conhecimento, arte e arquitetura visuais não está mudando não apenas as experiências de espaço, mas transformando também o modo de concebê-lo? Do mesmo modo como os termos *grupos*, *organizações* e *instituições* até bem pouco tempo nos remetiam a formas de representação com funções hierarquizadas, podemos dizer que a disposição atual de grupos e instituições nos termos de redes da Internet, nos remete a um modo de comunicação entre indivíduos de maneira bem mais descentralizada em relação ao poder.

A Internet possui algumas características que a tornam única como meio de comunicação e informação. Ela funciona num sistema fundado em redes vivas de comunicação que não possui, em princípio, limites ou barreiras. Ocupar esse espaço privilegiado para discussões, em tese, teria como ponto fundamental o que podemos chamar de uma crítica às noções de representação, principalmente em termos da democracia como é concebida na esfera macropolítica, ganhando contornos de efetiva participação interativa. Trata-se da possibilidade de um exercício democrático e de cidadania, num espaço não mais virtual, no sentido potencial, mas real, no sentido de estar sendo produzido no ato.

Se as novas tecnologias de informação e comunicação constituem o meio para que essa nova forma de atuação seja possível, a questão das interações entre os indivíduos e a criação de redes sociais informatizadas teria sua força devido à participação e à interação

dos sujeitos que as integram. Assim, o sentido inovador de uma rede é estabelecido quando há um modo criativo de manter as conversações, usar as informações e dar início e continuidade às chamadas discussões na rede. Rogério da Costa¹⁴ diz “que o que se observa é que tanto a natureza dos novos suportes de comunicação, como as exigências da vida econômica reclamam por uma nova ‘concepção’ do saber”. Para ele, o que acontece hoje é que o cotidiano das inovações tecnológicas acaba conduzindo a uma perspectiva na qual os conhecimentos são cada vez mais singulares e pertinentes a este ou àquele contexto. Assim sendo, “os percursos e perfis de conhecimentos e competências adquiridos por uma pessoa são todos singulares e podem cada vez menos se restringir programas ou cursos válidos para todos”. Hoje, habitam-se espaços de conhecimentos abertos, contínuos e não-lineares, que se reorganizam segundo o contexto de cada um. As pesquisas tornam-se então “cada vez mais transdisciplinares, desafiando toda a organização hierárquica das disciplinas conhecidas”.

Entendemos também que, a partir de uma nova composição de relações de saber ou de forças em relação às antigas relações sociais instituídas, puderam se abrir portas para novas formas de conhecimento, de percepção, de afetos, de políticas, enfim, de redes inteiramente permeáveis, capazes de inaugurar novas composições, formar uma, duas ou mais redes, que por sua vez podem se rizomatizar em outras redes mais, nas quais um mesmo sujeito pode intervir em diferentes esferas sociais.

Essa mudança de hábitos na comunicação faz emergir uma nova maneira de se viver em comunidade por meio do que Wellman e Berkowitz denominam de laços sociais. Eles dizem que com o problema se redefinindo em termos estruturais, os pesquisadores têm sido capazes de demonstrar “que os medos da antiga geração de sociólogos sobre a perda da comunidade foi, se não simplesmente incorreto, ao menos incompleto”, pois segundo os dois autores, os analistas estruturais raramente desaparecem das sociedades urbanas industriais. Entretanto, novas formas de comunidade surgiram no lugar das antigas formas: e elas podem ser vistas quando “os analistas focam nos laços sociais e nos sistemas

¹⁴ COSTA, 2005, p. 9. Disponível em <

informais de troca de recursos, ao invés de focar nas pessoas vivendo em vizinhanças e pequenas cidades”.¹⁵ (WELLMAN; BERKOWIKTZ, 1988, [mimeo])

Em suma, o aumento das interconexões, da complexidade e da mudança de linguagem digital pode acarretar a mudança dos próprios indivíduos pela necessidade de se comunicar. Trata-se não somente de se mostrar, mas também de mudar sua forma de atuação em comunidade, em função das evoluções que ocorrem no próprio grupo ao qual se sinta pertencente por motivações ou ligações afetivas. A esse respeito, Pierre Lévy diz que os grupos e as pessoas possuem cada vez mais um ‘corpo informacional’ constituído por suas preferências: “websites, agentes de software e pelo conjunto de informações e mensagens a ele referenciadas que circulam no ciberespaço”.¹⁶ (LEVY, 2002, p. 370).

Noções de autonomia e auto-organização nas comunidades vivas e a produção molecular

Quando nos sentimos pertencentes a um grupo? Como avaliar o desenvolvimento qualitativo de produções nas comunidades virtuais? Quais seriam os requisitos para uma comunidade ser considerada convidativa à nossa participação, independentemente das tecnologias visuais desenvolvidas? O que são comunidades vivas?

Para responder essas perguntas, num nível introdutório, nos servimos de uma composição teórica de duas obras: *A árvore do conhecimento*, de Maturana e Varela e *Emergência*, de Steven Johnson. Esses autores utilizaram comparações, que poderíamos chamar de didáticas, para conceituar os sistemas de autonomia e autoprodução em coletividade, baseados na lógica dos seres vivos. Fizemos então uma síntese de suas principais proposições.

Johnson, que ficou conhecido como o ‘pensador da emergência’ no ciberespaço nos dá um exemplo de fácil compreensão. Ele nos propõe que imaginemos acompanhar conceitualmente um instantâneo de vida em movimento daqui a dois ou três anos – um

¹⁵ (WELLMAN; BERKOWIKTZ, 1988, MIMEO)

¹⁶ LEVY, 2002, p. 370).

movimento de escala em escala. Ele cita o filme de Charles e Ray Earnes, *Powers of Tea*, que começa com uma vista da Via Láctea e dali faz um zoom até uma pessoa em um parque de Chicago e depois prossegue até as partículas subatômicas na mão do personagem. No decorrer desse longo zoom, o mesmo comportamento parece se repetir inúmeras vezes em cada escala.

Transportando esse exemplo para a escala que começasse numa cidade, poderíamos ver suas comunidades pulsando e prosperando como fazem há séculos, enviando sinais para o mundo e atraindo seres humanos para dentro delas, como enormes imãs globais. O fluxo de pessoas na cidade tem de ser regulado por uma inteligente rede de tráfego, que evolui e aprende em resposta aos padrões do movimento de automóveis.

Analogamente, Johnson diz que vivemos em um desses imensos sistemas, contribuindo para seu contínuo desenvolvimento. E como parte da convivência na cidade, nos entretemos simulando, em um jogo na tela de nosso computador, a energia auto-organizável da vida urbana, “construindo comunidades virtuais juntamente com milhares de outros jogadores ligados em rede no mundo todo”. (JOHNSON, 2002, p. 173-174).

De acordo com uma lógica própria, ele afirma que na escala da cidade e na escala da tela nossas vidas englobam os poderes da emergência, e faz uma série de perguntas antes de tecer suas conclusões relativas à questão da auto-organização das redes digitais nos sistemas emergentes: “Poderia essa cadeia [*a emergência*] se estender em novas direções, tanto na escala atômica da informação digital, quanto na macroescala dos movimentos coletivos?”; “Será que os novos momentos políticos vão se modelar explicitamente a partir da inteligência distribuída da colônia de formigas ou da comunidade da cidade?”; “Será que existe um estágio na rede em desenvolvimento da emergência que nos leve, para além dos leitores da mentes, para algo ainda mais parecido com a vida” (JOHNSON, 2002).

Para este autor, certamente o mundo nunca esteve tão bem preparado para que esses desenvolvimentos se tornem realidade. Ele acredita que já existem muitas tentativas para se entrar na que denomina a quarta fase da emergência, ou seja, num sistema que funcione como o de uma colônia de formigas africanas, que não tem centro de poder, a base piramidal é muito ampla e há uma lógica imanente ou inteligente de auto-organização

própria das formigas obreiras. Nesse caso, fazendo uma analogia à pirâmide tradicional do poder e das classes sociais, constatamos que há uma inversão: o formigueiro todo ganha visibilidade e não apenas um comandante ou uma cúpula de elite – no caso a formiga rainha – que comande um processo de produção coletiva. Analogamente, este seria o sentido do sistema de auto-organização das comunidades virtuais de um futuro próximo.

Podemos dizer que a noção de *autopoiese*, que quer dizer autoprodução, caminha paralelamente a esse tipo de pensamento de auto-organização da vida coletiva, fundado a partir de um ponto de vista da lógica do sistema dos seres vivos, sob a forma de um determinismo estrutural, como iremos acompanhar.

A noção de *autopoiese* tornou-se conhecida na literatura internacional, em 1974, a partir da obra *Árvore do Conhecimento*, de Maturana e Varela. De acordo com o sentido expresso no livro, o termo define os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos. Esses sistemas são autopoieticos por definição, porque recompõem continuamente seus componentes desgastados. São seres de produções moleculares, onde há uma circularidade, onde as moléculas reproduzem a mesma rede que as produziram.

Assim, um sistema autopoietico é ao mesmo tempo produtor e produto. Maturana afirma que o termo traduz o que ele chamou de “centro da dinâmica constitutiva dos seres vivos”. Para exercê-lo, eles precisam recorrer a recursos do meio ambiente e são, por isso, ao mesmo tempo autônomos e dependentes. Entretanto, não haveria aqui um paradoxo? Autonomia x dependência?

Segundo Maturana, essa condição paradoxal só pode ser entendida pela lógica da complexidade dos seres vivos, que não pode ser compreendida dentro da lógica do pensamento linear, no qual tudo se reduz à binariedade do sim/não ou do ou/ou. Em outras palavras: funciona-se por composição de relações e não por partes separadas ou excludentes e há um empenho coletivo pela busca das relações dinâmicas entre essas partes¹⁷. É essa

¹⁷ Esta dualidade indivíduo-coletivo está explícita também na obra *Mil Platôs*, mais especificamente no capítulo “Micropolítica e segmentaridade”. Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996) afirmam que o homem é um animal segmentário e definem três figuras de segmentaridade que organizam o espaço vivido e a sociedade: a *segmentaridade binária*, que opera a partir de grandes oposições duais; a *segmentaridade circular*, que delinea círculos progressivos; a *segmentaridade linear*, que traça linhas retas, onde os

condição que confere a cada sistema vivo uma percepção do mundo que lhe é peculiar. Não pode haver dados externos válidos ou verdades absolutas, dado que estímulos externos determinam reações diferentes em estruturas diferentes. Do mesmo modo, a realidade é percebida de modos distintos por observadores distintos.

Com essa ordem de idéias, analogamente os objetivos de cada participante da rede ou observador virtual podem ser diferentes, mas podem confluir para uma mesma produção comum. Esses seriam basicamente os sustentáculos para uma comunidade virtual em ambos os casos descritos.

Embora Johnson diga que mesmo os mais otimistas defensores da auto-organização sentem-se cautelosos quanto à falta de controle em relação a um processo como esse, para ele, “entender a emergência sempre incluiu desistir de controle, deixar o sistema governar por si mesmo tanto quanto possível, deixá-lo aprender a partir de passos básicos”. Para ele, já caminhamos bastante no sentido de entender a emergência, de forma a construir sistemas em escala pequena para nosso entretenimento e aperfeiçoamento, e também a apreciar mais cuidadosamente o comportamento emergente que já existe em cada escala de nossa experiência de vida. (JOHNSON, 2002, p. 174).

O que podemos dizer, a partir dos argumentos desses autores, ao fazerem analogias entre tipos de organização existentes na etologia com sistemas auto-organizáveis humanos, em nossa tentativa de responder às perguntas iniciais desse tópico, é que, por esse viés, é possível avaliar se uma comunidade é produtiva e autônoma dependendo de quem a estiver produzindo e do modo como podem agenciar ou selecionar seus afetos em um modo auto-organizativo. Desse modo, ela será boa para aquele cujo desejo se insere em sua autoprodução, motivado tanto pela temática abordada quanto pelas relações estabelecidas com os outros participantes e em relação a sua própria vida, durante o engajamento na comunidade. Desse ponto de vista, caberia à qualidade de produção das subjetividades envolvidas em uma comunidade manter seu curso ou simplesmente ser interrompida.

segmentos representam episódios que se sucedem. É importante destacar que as três figuras não se excluem, mas, ao contrário, coexistem, entrecruzam-se, remetem umas às outras e transformam-se umas nas outras. É nesse sentido que um mesmo indivíduo pode se constituir em múltiplos indivíduos, dependendo de cada segmento que o compoñha.

Corpo coletivo – o comum – e a esfera pública

Já no século XVIII, o filósofo holandês Baruch de Spinoza dizia que o espaço social é constituído por encontros de corpos misturados com o que os afetam e o que afetam outros corpos, de onde surgem novos registros de relações e práticas sociais não codificadas, mas num modo de expressão comum, a partir de um plano comum de encontros de corpos e idéias. Entendemos que é na confluência desse tipo de pensamento de misturas de corpos potencialmente produtivos, que a noção do comum retorna com vigor nas discussões sobre as redes sociais nos dias de hoje, a exemplo da obra *Multidão*, de Hardt e Negri.

Para eles, duas características de multidão tornam particularmente clara a contribuição da rede à possibilidade de democracia hoje. A primeira seria pelo aspecto da realidade econômica. Mas, na medida em que a multidão não é uma identidade (como o povo) e nem é uniforme (como as massas), “suas diferenças internas devem descobrir o comum [*the common*] que lhe permite comunicar-se e agir em conjunto” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 14).

O comum, assim definido, seria o espaço comum, constituindo condições de reconhecimento coletivo de questões que afetam a vida das pessoas envolvidas. Rogério Costa, a esse respeito, comenta que “o indivíduo, ao reconhecer suas próprias questões, suas preocupações e seus conflitos numa esfera pública determinada, consegue se perceber como pertencendo a um coletivo, a uma comunidade que compartilha de seus interesses”. Por outro lado, na medida em que ele não vê suas próprias questões e preocupações sendo colocadas em comum por uma coletividade, não pode se sentir pertencendo plenamente a essa mesma comunidade. A dimensão de ‘pertencimento’ é mais complexa que a simples participação. Assim, para que a coletividade consiga o engajamento de alguém em seus problemas, “é preciso que ela o inclua em seu fórum de discussões, que ela desenvolva, portanto, não exatamente estratégias de ‘mensagens’, mas estratégias de ‘escuta’”. (COSTA, 2005, p. 9).

Nesse mesmo sentido, afirmam Hardt e Negri que o comum que compartilhamos não é algo que descobrimos, mas algo que é produzido: “Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações”. E esta produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção social, por mais acentuado que seja seu caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes do trabalho hoje. (HARDT & NEGRI, 2005, p. 14).

Indo além, esses autores dizem que a humanidade transforma a si mesma, sua história e sua natureza nessa nova forma de produção. Para eles, então, o problema não consiste mais em decidir se essas técnicas humanas de transformação devem ser aceitas, mas aprender o que fazer com elas e saber se funcionarão em nosso benefício ou em nosso detrimento.

É necessário lembrar, neste momento, que este livro tem como motivação também nossa base empírica, que será melhor desenvolvida a partir do Capítulo 2, quando apresentaremos as possibilidades que as novas tecnologias de comunicação e informação têm em trabalhar ou não em nosso benefício, quando melhor pudermos argumentar conjuntamente com os mecanismos de participação em políticas públicas.

Por ora, podemos introduzir a noção de esfera pública, enquanto palco de nossa presença em conversações políticas. Nesse contexto, compartilhamos da constatação de Costa quando diz que o que importa é o fato de que indivíduos reais se reconhecem muito pouco no modo como as questões políticas e sociais são defendidas como relevantes pela mídia e pela classe política atualmente. Para ele, trata-se de uma questão que provoca, “muito naturalmente, uma espécie de (*des*)investimento de atuação da parte de cada um na esfera pública, no espaço comum onde nos reconheceríamos como pertencendo a um determinado grupo social”. (COSTA, 2005).

‘Nós’ na esfera pública do ciberespaço

Podemos acrescentar agora, que isso tudo nos remete a um dos problemas que, como diz Lévy (1998) é um dos “mais árdios da filosofia e das práticas políticas”, que diz

respeito à constituição de ‘sujeitos coletivos de enunciação’¹⁸. Ou seja, consiste em verificar “em que condições se pode justificadamente dizer ‘nós’ e quem é esse ‘nós’ que pode enunciar legitimamente enquanto coletivo e, segundo Lévy, “sem usurpação ou redução de variedade”?

Quando os participantes de uma manifestação gritam as mesmas palavras de ordem, sem dúvida constituem um agenciamento coletivo de enunciação. Mas pagam por essa possibilidade um preço não desprezível: as proposições comuns são pouco numerosas e bem simples, mascaram as divergências e não integram as diferenças que singularizam as pessoas. Além disso, a palavra de ordem em geral é preexistente à manifestação. É raro que cada um dos participantes tenha contribuído para sua negociação ou surgimento. Continuando a seguir o encadeamento de Lévy, uma manifestação como o voto possibilita aos indivíduos construir para si uma subjetividade política por ‘pertencimento’ a uma categoria - “os que retomam as mesmas palavras de ordem” ou “os que se reconhecem em tal partido”. “Quando todos os membros de um coletivo formulam as mesmas proposições, o agenciamento de enunciação coletiva encontra-se no estágio da monodia ou do uníssono”, diz Lévy. E os ‘nós’ pobres enunciam proposições monótonas. Mas há outras maneiras de dizer ‘nós’ (LÉVY, 2000, p. 66).

No ciberespaço, onde a Internet e a Web possibilitam a ação coletiva desde 1994, foram sendo introduzidos elementos totalmente inéditos realizando uma revolução do espaço público, com a possibilidade da interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos. Lévy (2003, p. 367) afirma que, em primeiro lugar, em contraposição à mídia convencional – imprensa, rádio e televisão – um site pode apresentar, ao mesmo tempo e de maneira complementar, textos, imagens fixas ou animadas e som, ou seja, em princípio não existe mais distinção entre as mídias.

Em segundo lugar, as webmídias propõem conteúdos organizados por temas, eventualmente estruturados pelas preferências dos consumidores da informação e não mais segundo as grades de programação cronológicas e fixas impostas pelas emissoras ou órgãos

¹⁸ O conceito *agenciamento coletivo de enunciação* foi sendo desenvolvido por Félix Guattari e Gilles Deleuze, a partir dos postulados lingüísticos de Mikhail Bakhtin. Apareceu pela primeira vez em o Anti-Édipo e foi desenvolvido nas obras: Kafka – por uma Literatura Menor e Mil Platôs, volume 2.

de divulgação. A cronologia torna-se critério de busca e a organização de pesquisas de arquivos e demais informações passa a ser temático.

Em terceiro lugar, o internauta pode chamar à tela diferentes atores sociais, porta-vozes ou representantes de grupos de interesses, com a possibilidade de se informar, examinar argumentos e tecer seus comentários. O acesso à esfera pública pode se tornar mais franco e aberto, oferecendo aos consumidores maior liberdade de expressão e de seleção em suas navegações.

É também nesse clima de entusiasmo pelas novas perspectivas e, em tese, de expressão livre e democrática, que surgem no mundo os primeiros programas de inclusão digital, implantados pelos governos dos países em desenvolvimento, desde a década de 1990. É uma possibilidade de todos participarem ativamente dos benefícios das novas tecnologias, combatendo assim parte dos problemas de exclusão social, o que iremos discutir até o final dessa tese.

Se antes da Web, ainda segundo o artigo citado de Lévy, “a mediação clássica organizava uma seleção institucional, *a priori*”, a intermediação emergente no ciberespaço, ao contrário, “organiza seleções personalizadas *a posteriori*, usando a contribuição da inteligência coletiva: laços, votos, citações, discussões nos fóruns eletrônicos, críticas...”.

Nesse sentido, as mídias não tendem mais a se ligar a um público em geral, à massa, ao povo, mas a comunidades virtuais – temáticas ou locais – e à multidão expressa no comum, com vozes de enunciação locais que podem virtualmente tornarem-se vozes globais.

Desse ponto de vista, o novo espaço público constrói um território de natureza semântica, explica Lévy no artigo citado, porque vai relativizando progressivamente o papel da situação ou da proveniência geográfica, no qual as distâncias e proximidades semânticas marcam-se através de senhas, de links hipertextuais, de conexões entre comunidades virtuais, de trocas de informações, de densidades de inteligência coletiva (LÉVY, p 373).

Nesse sentido, um dos assuntos que sempre retorna à pauta de discussões entre os teóricos da comunicação relaciona-se com questões que implicam a importância para que as tantas vozes presentes na rede sejam ouvidas fora de suas comunidades de origem. Como ultrapassar essa barreira? Com processos de mediação, de seleção, de filtros das conversas e mensagens?

Em seu livro lançado em 1996, Rheingold não só constatou a emergência das comunidades virtuais, como também viu nelas uma relação mais profunda, motivado em especial pela questão do excesso de informação que já caracterizava a recém-nascida Web. Com efeito, um dos problemas da rede era o da “demasiada oferta de informação e poucos filtros efetivos passíveis de reterem os dados essenciais, úteis e do interesse de cada um” (RHEINGOLD, 1996, p.77). Mas enquanto os programadores se esforçavam para desenvolver agentes inteligentes que realizassem a busca e a filtragem de toneladas de informações que se acumulavam na rede, Rheingold já detectava a existência de “contratos sociais entre grupos humanos - imensamente mais sofisticados, embora informais - que nos permitem agir como agentes inteligentes uns para os outros” (p.82).

Começava a surgir a idéia de inteligência coletiva, que poderia não apenas resolver problemas em grupo, coletivamente, mas igualmente trabalhar em função ou em benefício de um indivíduo. Além disso, Rheingold salientava, em 1996 que as comunidades virtuais abrigavam grande número de profissionais que lidam diretamente com o conhecimento, o que fazia delas um “instrumento prático potencial”.

Mas em que medida a esfera pública está dando conta dessa demanda? Os novos usuários da esfera pública, os ‘nós’ das comunidades virtuais, a multidão ou simples indivíduos que vêm se habituando ao diálogo coletivo na rede, vão se integrando progressivamente, como veremos no Capítulo 2, às discussões e deliberações em programas do governo, na medida em que vão se consolidando discussões mediadas pela inteligência coletiva na Internet no mundo todo. Sendo capazes de exprimir-se, são muitos os que agora devem ser ouvidos e participar de deliberações num processo que caminha para modelar um novo modo de pensar a democracia mundial, com uma democracia eletrônica a seu

serviço, através de um *e-engajamento*, de uma *e-participação* e de um *e-governo* na nova *e-democracia*, termos que já se consolidam com o uso corrente no vocabulário da Internet.

Este capítulo está licenciado por:

Creative Commons

<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>